Um olhar feminista interseccional para subverter invisibilidades históricas

BITTELBRUN, Gabrielle. **Cores e Contornos: Gênero e raça em revistas femininas do século 21.** Florianópolis: Insular, 2018.

Jessica Gustafson

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPG-JOR/UFSC). E-mail: je.g.costa@gmail.com

A luta de grupos sociais por representatividade emerge na discussão sobre a mídia enquanto um aparato moderno de produção simbólica e a sua influência na construção de representações sobre o mundo. Gabrielle Bittelbrun, no livro *Cores e Contornos: Gênero e raça em revistas femininas do século 21*, analisa como gênero e raça se articulam e refletem em visibilidades e apagamentos na construção do que é ser mulher nos discursos e imagens contemporâneos. Frente aos estereótipos, a perspectiva feminista tem oferecido possibilidades de romper com um modelo excludente ainda reproduzido em produções jornalísticas.

Foi durante o século XIX que as mulheres passaram a ter acesso ao letramento formal no Brasil e não por acaso começam a emergir os primeiros exemplares de uma imprensa voltada às mulheres – antes dos livros, os jornais e revistas foram as primeiras publicações de mulheres no país (DUARTE, 2016). Neste mesmo cenário, se inicia o delineamento de uma consciência feminista, em oposição ao que Constância Lima Duarte (2016) chama de marasmo colonial, em que vigorava a máxima de que as mulheres só deveriam sair de casa em três ocasiões: em batizados, casamentos e enterros. A restrição da mulher ao espaço doméstico funcionava mais como um ideário do que uma vivência concreta, principalmente para quem não fazia parte da elite.

A força desta representação da mulher, uma mulher branca, heterossexual, de classe média, antes confinada ao perímetro da casa, agora liberta e dona de si, percorreu e ainda percorre boa parte das páginas de publicações destinadas a elas, como demonstra o livro *Cores e Contornos*. Se torna nítido, então, que a representação das mulheres, ou do que seria um modelo de mulher ideal, e a sua relação com a imprensa demanda um olhar analítico sobre como o gênero operou em distintos contextos articulado aos marcadores de raça e classe na experiência de distintas mulheres.

A chamada imprensa feminina, que surge influenciada pelas transformações europeias e importadas para cá, em sua criação, toma como fator aglutinador o “sexo das leitoras”, segundo Dulcília Schroeder Buitoni (1986), como se o “sexo” pudesse resumir e enclausurar uma identidade coerente e compartilhada entre todas as mulheres. Essa premissa constitui o imaginário de quem seria a leitora ideal das publicações e merece ser problematizada.

A própria noção de sexo já vem sendo desconstruída nos Estudos de Gênero nos levando a supor que o que se chamou de sexo sempre tenha sido gênero

(BUTLER, 2015), a partir de um aparato de significação e reafirmação de normas, incluindo as que a mídia coloca em circulação. Em segundo lugar, existe um tensionamento sobre o próprio sujeito do feminismo – a mulher –, que como destaca Judith Butler (2015) é construído a partir de exclusões. Assim, pensar em uma unidade de grupo a partir deste suposto definidor de sexo camufla a produção do próprio sexo enquanto algo natural ou pré-discursivo e a relação com outros marcadores sociais que se articulam em uma mesma matriz de dominação.

Mas será que passado tanto tempo, considerando transformações sociais tão importantes promovidas pelo fortalecimento do movimento feminista no país dentro e fora da academia e das discussões de gênero, essa mesma lógica excludente, que privilegia um tipo específico de mulher em detrimento de outras, ainda se mantém? São essas exclusões, na definição e representação do que é ser mulher, compartilhadas culturalmente e reproduzidas/construídas também pela mídia, em especial o jornalismo com seu discurso de verdade e seu *ethos* profissional comprometido com a pluralidade e a representatividade, que perpassam o trabalho de Bittelbrun (2018).

A partir de uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2004) que articula o racismo e o sexismo, Bittelbrun analisa as capas e matérias de capa de revistas femininas contemporâneas, em especial a revista *Cláudia*, da editora Abril e a mais antiga do setor no mercado criada em 1961, e a revista *TPM*, da Editora Trip, que surge como a proposta de ser diferenciada, mais representativa. É interessante o apontamento de que a influência do movimento feminista nos últimos anos impacta no conteúdo apresentado, mas possivelmente tendo como preocupação maior angariar leitoras, como um impulso comercial, a partir da demonstração de que estão engajadas nas discussões contemporâneas.

Para a autora, essas conhecidas publicações legitimam o seu trabalho jornalístico como um canal de comunicação das e para as mulheres. Contudo, enquanto um produto da modernidade, atuam também a partir de uma hierarquização de indivíduos e modos de vida, carregando o antigo padrão da opressão de gênero racializada, colonial, capitalista e heterossexualizada (LUGONES, 2014) sob o véu de um discurso libertário, de emancipação. Entre os resultados da pesquisa está a explícita operação desse padrão hierárquico, em que os modelos europeus e, principalmente, os corpos brancos, são privilegiados nas capas e matérias de capa destas revistas, em uma aberta inadequação à composição da sociedade brasileira, em que mais da metade da população se autodeclara negra. Em destaque, as publicações trazem não só corpos brancos, mas também magros, com características convenionadas como femininas e jovens.

O conceito de representação é acionado enquanto a ligação entre cultura e linguagem, como algo que nos permite referir ao mundo real, e é na análise dessas representações contemporâneas, como destaca Bittelbrun, que podemos perceber os aspectos históricos e sociais do contexto em que estão inseridas. Tomar as publicações femininas atuais enquanto produtos que refletem a sociedade da qual fazem parte nos leva a despertar para os aspectos estruturantes dessa realidade compartilhada, construída, mas também tensionada, pelas narrativas circulantes, incluindo as jornalísticas.

Entre as pistas descobertas por Bittelbrun em sua pesquisa está não apenas uma cultura sexista compartilhada pelas revistas, mas também racista. É na presença de corpos brancos e magros que se faz possível perceber a ausência dos corpos negros e gordos nestes meios de comunicação, como destaca a pesquisadora. “Constatamos que as revistas são intensamente marcadas por um ideal de branquidade, privilegiando as mulheres de tom de pele evidentemente claro e traços europeus” (BITTELBRUN, 2018, p. 156).

No levantamento sobre a representatividade das mulheres negras, foram consideradas as capas das revistas femininas brasileiras impressas *Claudia* e *TPM*, entre 2004 e 2014. Em *Claudia*, ao longo destes dez anos apenas três mulheres negras apareceram na capa da revista, significando 5% do total analisado. Foram elas: Camila

Pitanga, Taís Araújo e Débora Nascimento. Já as mulheres brancas com traços caucásianos predominantes representaram 81% das capas. Personalidades com traços de outras etnias, mas igualmente consideradas brancas, como Luiza Brunet, apareceram em 14% delas. Na revista *TPM*, conhecida por levantar a bandeira da representatividade, embora com maior variedade de personalidades negras, o percentual de capas representa apenas 9%. Mulheres de outras etnias, mas associadas à branquidade e identificadas como brancas, como Juliana Paes, representaram 13%. Em 72% das capas o destaque foi para mulheres brancas, como Grazi Massafera e Angélica.

É no âmbito e no enfrentamento desta invisibilidade, que marca muitas produções jornalísticas e midiáticas, e bem exemplificada em *Cláudia* e *TPM*, que surgem novas formas de visibilidade. Sem ter o objetivo de tecer comparações com as publicações anteriores, Gabrielle Bittelbrun analisa mais brevemente em seu livro uma terceira revista, a revista *AzMina*, lançada em 2015, com o intuito de perceber novas possibilidades de construções discursivas transgressoras sobre as mulheres a partir de uma perspectiva declaradamente feminista.

A pesquisadora encontra pontos de convergência entre a revista eletrônica e as “concorrentes de papel” nas tentativas de se manterem atentas aos debates atuais com proximidades em algumas pautas, mas destaca uma determinação maior de *AzMina* na busca por igualdade e liberação. Embora as três publicações se situem no âmbito de uma imprensa feminina, *AzMina* consegue, a partir de sua perspectiva feminista, ampliar e subverter a abordagem de temas, com um enfoque interseccional em que as mulheres negras não figuram como exceção. Em uma lógica não excludente, a revista independente atua em um movimento de resignificação do que ao longo de séculos se configurou como uma revista voltada às mulheres, subvertendo a própria normatização do que é ser feminina. Para Bittelbrun, é nesta forma que *AzMina* impulsiona novas valorações sociais.

Referências

BITTELBRUN, Gabrielle. **Cores e Contornos: Gênero e raça em revistas femininas do século 21**. Florianópolis: Insular, 2018.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **VV.AA.Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e feminista no Brasil – Século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, Florianópolis: UFSC, 2014.